



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 5/XIII/ 1.ª SL

Aos 04 dias do mês de dezembro de 2015, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Apreciação e votação das Atas n.ºs 3 e 4**
- 2. Distribuição de iniciativas legislativas**
- 3. Distribuição de iniciativas europeias**
- 4. Deliberação sobre a eventual apreciação em comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 24/XIII (1.ª) - Pela reposição do direito dos ferroviários às concessões de transportes (PCP) e 28/XIII (1.ª) - Pela reposição do direito dos ferroviários e dos seus familiares às concessões de transportes (BE)**
- 5. Deliberação relativa à metodologia de apreciação do Projeto de Lei n.º 34/XIII/1.ª - Extinção das reduções remuneratórias na administração pública (PS) na sequência da aprovação de requerimento de baixa à CTSS, sem votação, para nova apreciação, por um período de 20 dias (até 17 de dezembro)**
- 6. Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 548/XII (4.ª), da iniciativa de José Ribeiro e Castro - Restauração imediata do feriado nacional do 1.º de dezembro**
- 7. Apreciação do projeto de regulamento da Comissão e das propostas de alteração apresentadas pelos GP do PCP e do PS**
- 8. Designação dos Coordenadores dos Grupos Parlamentares na Comissão**
- 9. Reflexão sobre o plano de atividades da Comissão**



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 5/XIII/ 1.ª SL

10. Outros assuntos.

O Senhor Presidente abriu os trabalhos da Comissão com os seguintes pontos da Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e votação das Atas n.ºs 3 e 4;

Submetidas à apreciação e votação as atas n.º 3 e n.º 4, referentes às reuniões de 25 e 26 de novembro, respetivamente, foram as mesmas aprovadas por unanimidade dos presentes.

2. Distribuição de iniciativas legislativas:

1) Projeto de Lei n.º 53/XIII (1.ª) - Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença (PCP)

Deputado autor do parecer: GP do PSD

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Pedro Alves.

2) Projeto de Lei n.º 55/XIII (1.ª) - Combate o trabalho forçado e outras formas de exploração laboral (BE)

Deputado autor do parecer: GP do PCP.

O Grupo Parlamentar do PCP indicaria depois o Deputado relator.

3) Projeto de Lei n.º 56/XIII (1.ª) - Alarga o acesso às pensões de invalidez e velhice dos trabalhadores da empresa nacional de urânio e consagra o direito a uma indemnização emergente de doença profissional ou por morte (BE)

Deputado autor do parecer: GP do PSD

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Pedro Alves.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 5/XIII/ 1.ª SL

3. Distribuição de iniciativas europeias:

1) Iniciativa Seleccionada para escrutínio

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - Análise Anual do Crescimento para 2016 - Reforçar a retoma e fomentar a convergência [COM(2015)690], considerando o PROJETO DE RELATÓRIO CONJUNTO SOBRE O EMPREGO DA COMISSÃO E DO CONSELHO que acompanha a Comunicação da Comissão sobre a Análise Anual do Crescimento para 2016 COM(2015)700.

Deputado autor do parecer: GP do PS.

O Grupo Parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado Joaquim Raposo.

2) Iniciativas para conhecimento e eventual escrutínio

COM(2015)550 – COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Melhorar o Mercado Único: mais oportunidades para os cidadãos e as empresas

COM(2015)462 – Proposta de Recomendação do Conselho sobre a integração dos desempregados de longa duração no mercado de trabalho

COM(2015)502 – RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório Anual de 2014 sobre o Fundo de Solidariedade da União Europeia
COM(2015)555 Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (candidatura da Irlanda – EGF/2015/006 IE/PWA International)

COM(2015)553 – Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (candidatura da Finlândia - EGF/2015/005 FI/Computer Programming)

O Senhor Presidente submeteu à consideração dos Senhores Deputados o interesse no escrutínio de alguma destas iniciativas, remetidas pela Comissão



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 5/XIII/ 1.ª SL

de Assuntos Europeus para mero conhecimento, concluindo que, não obstante se encontrar em curso a revisão da metodologia de escrutínio de iniciativas europeias pela Assembleia da República, registava consenso no escrutínio da COM(2015)462 – *Proposta de Recomendação do Conselho sobre a integração dos desempregados de longa duração no mercado de trabalho*. Caberia ao Grupo do PSD indicar o Deputado autor do relatório – o que faria posteriormente.

Sobre este assunto, a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) aproveitou, ainda, para esclarecer que, pertencendo também à Comissão de Assuntos Europeus, tinha conhecimento de que na semana seguinte já haveria novidades em relação à revisão da metodologia de escrutínio em curso.

4. Deliberação sobre a eventual apreciação em comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 24/XIII (1.ª) - Pela reposição do direito dos ferroviários às concessões de transportes (PCP) e 28/XIII (1.ª) - Pela reposição do direito dos ferroviários e dos seus familiares às concessões de transportes (BE);

O Senhor Presidente colocou à consideração dos Senhores Deputados a apreciação dos Projetos de Resolução n.ºs 24/XIII (PCP) e 28/XIII (BE), concluindo, após a intervenção de todos os Grupos Parlamentares, pelo interesse da apreciação conjunta destas iniciativas com a 6.ª Comissão, se possível, já na próxima reunião da Comissão de Trabalho e Segurança Social.

Deu também conhecimento à Comissão de que na véspera tinha baixado outro projeto de resolução, o Projeto de Resolução n.º 8/XIII, sobre o qual, uma vez colocado à consideração dos Senhores Deputados, se concluiu pelo envio para Plenário.

5. Deliberação relativa à metodologia de apreciação do Projeto de Lei n.º 34/XIII/1.ª - Extinção das reduções remuneratórias na administração pública (PS) na sequência da aprovação de requerimento de baixa à



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 5/XIII/ 1.ª SL

CTSS, sem votação, para nova apreciação, por um período de 20 dias (até 17 de dezembro);

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) usou da palavra para esclarecer que o propósito do requerimento que fora apresentado em relação a esta iniciativa tinha sido o de permitir a entrada em vigor do diploma a 1 de janeiro de 2016. Neste sentido, propôs que até dia 14 de dezembro os Grupos Parlamentares pudessem apresentar os seus contributos e no dia 17/12, terminando o prazo de apreciação pública, reunisse a Comissão de Trabalho para tentar criar um texto a enviar para Plenário – sendo que até ao momento o último Plenário do mês agendado conhecido é a 18/12.

Intervieram os Senhores Deputados Maria das Mercês Borges (PSD), Rita Rato (PCP) e Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP) para expressarem a sua concordância com a proposta de metodologia sugerida.

6. Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 548/XII (4.ª), da iniciativa de José Ribeiro e Castro - Restauração imediata do feriado nacional do 1.º de dezembro

Deputado relator: GP do PS;

Submetida a votação da Comissão, a nota de admissibilidade foi aprovada por unanimidade. O Grupo Parlamentar do PS indicaria depois o Deputado relator.

7. Apreciação do projeto de regulamento da Comissão e das propostas de alteração apresentadas pelos GP do PCP e do PS;

O Senhor Presidente convidou os Senhores Deputados a manifestarem a sua posição em relação ao projeto de regulamento circulado, sobre o qual apenas os Grupos Parlamentares do PCP e do PS tinham enviado contributos, notando o interesse em concluir este debate e a aprovação consensual de um regulamento de funcionamento da Comissão.

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 5/XIII/ 1.ª SL

Intervieram os Senhores Deputados **Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP)**, que manifestou a sua posição de desacordo em relação às propostas apresentadas pelo GP do PCP e assinalou um desejável aprimoramento das propostas apresentadas pelo GP do PS; **Rita Rato (PCP)** para esclarecer e fundamentar cada uma das propostas apresentadas de alteração ao projeto de regulamento circulado, manifestando, no entanto, a disponibilidade para as rever caso as mesmas obstassem a um consenso na aprovação do regulamento – a exceção seria, por uma questão de princípio, em relação à proposta de aditamento no artigo 22.º, no sentido de garantir a audiência no plenário da Comissão das federações, estruturas e organizações de âmbito nacional, e de que o PCP não abdicaria; **Maria das Mercês Borges (PSD)** para reforçar o bom decurso dos trabalhos na anterior legislatura com a vigência do regulamento que agora se pretendia rever, assinalar discordância com as propostas do GP do PCP e pedir esclarecimentos sobre as propostas do GP do PS; **Clara Marques Mendes (PSD)**, para discordar do proposto pelo GP do PCP e defender o modelo de grupo de trabalho para audiências, o qual teve um bom desempenho na anterior legislatura dando resposta a todas as audiências solicitadas; **António Carlos Monteiro (CDS-PP)** para referir a necessidade de fazer corresponder os trabalhos da Comissão em conformidade com a respetiva composição e número de Deputados que integram os Grupos Parlamentares representados, e para assinalar alguns aspetos menos positivos das propostas apresentadas e a desnecessidade de alterações em relação ao que funcionou bem, nomeadamente no que diz respeito aos grupos de trabalho; **Isabel Santos (PS)** para sugerir que o aditamento proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP ao artigo 22.º, em relação às audiências de federações, estruturas e organizações de âmbito nacional, pudesse ser alterado, com a redação “são recebidas preferencialmente no plenário da Comissão”, em concordância com o histórico da Comissão nesta matéria e permitindo a exceção à regra em casos consensualizados.

Por fim, o Senhor Presidente agradeceu todas as intervenções, indicando que seria apresentada uma versão atualizada de regulamento à Comissão, já



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 5/XIII/ 1.ª SL

incorporando as manifestações expressas, com vista à sua apreciação, se possível, ainda na reunião da semana seguinte.

8. Designação dos Coordenadores dos Grupos Parlamentares na Comissão;

O Grupo Parlamentar do PS indicou a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges, a confirmar posteriormente.

Os Grupos Parlamentares do BE, do CDS-PP e do PCP já tinham indicado os Senhores Deputados José Moura Soeiro, Filipe Lobo D'Ávila e Rita Rato, respetivamente.

9. Reflexão sobre o plano de atividades da Comissão;

Em relação ao plano de atividades para a 1.ª sessão legislativa, a Comissão deliberou que cada Grupo Parlamentar deveria fazer chegar os seus contributos até ao final do dia de sexta-feira da semana seguinte, 11 de dezembro, para depois apreciar uma versão final na reunião ordinária de 16 de dezembro.

Ainda sobre este assunto, pediram a palavra as Senhoras Deputadas Maria das Mercês Borges (PSD) para referir a pertinência em definir um número máximo de visitas, eventos e seminários a propor por cada Grupo Parlamentar; e Sónia Fertuzinhos (PS) para sugerir um desenho do plano de atividades que atenda ao balanço dos planos de atividades anteriores e onde se proponha uma grande conferência donde possa resultar um documento para reflexão crítica sobre o tema abordado, bem como visitas de trabalho em função das áreas prioritárias da 10.ª Comissão.

10. Outros assuntos.

Antes de terminar a reunião, o Senhor Presidente auscultou os Senhores Deputados sobre o pedido de parecer solicitado à 10.ª Comissão em relação a um pedido de realização de um evento na Assembleia da República pela Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS), tendo sido



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 5/XIII/ 1.ª SL

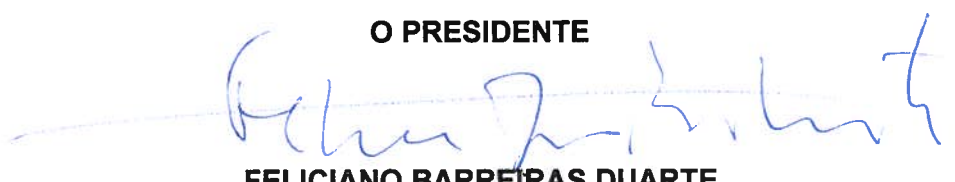
deliberado que, na ausência de qualquer critério que eventualmente venha a ser fixado pela Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares a respeito da realização de eventos por entidades externas, a Comissão de Trabalho e Segurança Social acompanharia a decisão que viesse a ser tomada por Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante da presente ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 13:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 dezembro 2015.

O PRESIDENTE



FELICIANO BARREIRAS DUARTE



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 5/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Paulo Duarte Marques
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Diana Ferreira
Fátima Ramos
Francisco Rocha
Isabel Santos
Joana Mortágua
José António Silva
José Silvano
Laura Monteiro Magalhães
Manuel Rodrigues
Marisabel Moutela
Pedro Alves
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
José Moura Soeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Pedro Roque

